

SISTEMA CAMBIAL BRASILEIRO DESACORDOS DE ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO*

Donald Huddle

O Prof. Fishlow escreveu um artigo interessante e provocador, cobrindo uma grande quantidade de áreas especializadas. Ele discute muitos aspectos de minha revisão de 1967, do trabalho de Celso Furtado sobre o sistema de controle cambial direto e licenciamento usado no Brasil de 1947 a 1953.

O ponto principal de discussão entre o Prof. Fishlow e eu, recai na questão de como a política de taxas cambiais, incluindo um sistema de racionamento e licenciamento, operou e se era, no conjunto, uma política social “desejável” entre os anos de 1947 e 1953. Minha própria avaliação do sistema de controle era a seguinte:

“O tema principal deste ensaio é que a sobrevalorização do cruzeiro, e os controles seletivos de importação provavelmente prejudicaram mais do que aceleraram a taxa de crescimento econômico do Brasil, como afirmou Furtado.

Defendendo a sobrevalorização e controle seletivo de importações por oposição à desvalorização, Furtado parece ter errado em dois pontos. Primeiro, suas suposições de apoio à hipótese de aceleração do crescimento econômico não eram, em vários aspectos importantes, justificadas pelos dados disponíveis. Em particular, as suposições de inelasticidade de preços da demanda externa (implicitamente) para todas as exportações, economias externas e internas (“learning”), na indústria, e a crescente intensidade em capital da estrutura das importações não são aceitáveis. Segundo, o modelo de Furtado era de qualquer forma, incompleto. Ele ignorou

* O autor agradece ao “Program of Development Studies, Rice University”, pelos serviços de secretaria neste artigo, pelas correções de Mike Homes, e pelos diversos comentários de Gordon W. Smith.

várias condições que, não sendo satisfeitas, teriam viciado sua hipótese de aceleração do crescimento, mesmo se garantidas suas hipóteses prévias com relação às elasticidades da demanda e externalidades-internalidades, particularmente, que as autoridades responsáveis pelo controle cambial tinham o grau necessário de habilidade, informação, meios, etc. para implementar o mecanismo de controle adequado pelo setor privado. De fato, as autoridades responsáveis pelo controle cambial não poderiam preencher nenhuma dessas condições. A sobrevalorização constitui-se num imposto sobre os setores exportadores, o qual (exceto no caso do café) não poderia ser transferido para o estrangeiro, de forma que o volume exportado e as receitas cambiais tiveram uma queda bastante substancial. A sobrevalorização resultou também em subsídio geral aos importadores que não pode ser demonstrado ser consistente com critérios de produtividade ou de justiça social. Pior ainda, foi o fato que uma grande parte do subsídio servia para subornar os funcionários responsáveis pelo câmbio, que vendiam licenças de importação para os importadores em um mercado ilegal que se originou em razão da extrema diferença entre o preço oficial das licenças de importação e seu valor real de mercado”⁽¹⁾.

A contra-revisão do Prof. Fishlow abrange várias questões específicas. Ele acredita que o interesse de Furtado era primariamente saber se o sistema de controle cambial promoveu ativamente a industrialização no Brasil e se a alternativa de desvalorização teria dificultado a industrialização; apenas secundariamente Furtado se preocupa com o aspecto da eficiência, de acordo com Fishlow.

A minha interpretação difere de Fishlow especialmente com respeito ao último livro de Furtado. O meu interesse reside em última análise nas questões de eficiência e bem-estar. Do meu ponto de vista, a questão concreta de como uma política operou é somente um pré-requisito para responder à pergunta sobre a sua desejabilidade. De qualquer forma se uma política alternativa pudesse cumprir “melhor” os objetivos desejados, então ela seria preferível independente de qual fosse a real preocupação de Furtado.

1. D. Huddle, “Furtado on Exchange Control and Economic Development: An Evaluation and Reinterpretation of the Brazilian Case”, “Economic Development and Cultural Change” (Abril, 1967), pp. 284-85.

Dar a última palavra em questões de política econômica é claramente impossível. Nós devemos trabalhar geralmente com indicadores grosseiros que favorecem uma interpretação ao invés de outra quando a prova contrafactual não pode ser determinada em definitivo. No caso em questão, Furtado afirma que a política de sobrevalorização de taxa cambial e racionamentos das importações favoreceu o desenvolvimento do Brasil pela promoção da industrialização. A própria industrialização foi favorecida pela alteração proposital da estrutura das importações no sentido de mais bens de capital e matérias-primas (e menos bens de consumo), grandes subsídios a estas importações, proteção contra a concorrência externa e maior receita de divisas no setor cafeeiro. Os resultados destes desenvolvimentos positivos, de acordo com Furtado, eram observáveis na alta taxa de crescimento da economia, em um aumento do coeficiente de investimento e na redução do desequilíbrio externo.

Muitos aspectos da documentação dada, oferecida por Furtado, parecem objetáveis: os anos selecionados na sua análise não parecem sempre apropriados, os dados citados nem sempre dizem respeito diretamente à questão em foco, etc. Minha apropriação da evidência sugere que Furtado não defendeu bem a sua causa. No que se segue abaixo, os pontos principais deste desacordo com sua análise, na forma revista por Fishlow, são reexaminadas (chamado FF abaixo):

I — Posição: FF afirma que a taxa real de crescimento do produto estava se elevando rapidamente pelo menos, devido parcialmente ao sistema de controle cambial. Fishlow rejeita minha correção no sentido do aumento dos preços internacionais do café e de outras exportações. Eu recalculei a taxa de crescimento livre de melhoramentos nos termos de troca, e obtive uma taxa de crescimento médio “per capita” de apenas um por cento ao ano, em comparação com uma taxa de crescimento de mais de 2 por cento depois da desvalorização liberalizada em 1954 até 1961, um período que viu os termos de troca deteriorando-se totalmente. O Prof. Fishlow corretamente aponta que desde que os dados do PIB não eram originalmente medidos com base renda no Brasil, aqueles efeitos dos termos de troca devem ser adicionados aos dados de produção, em termos reais, não subtraídos, se nós quisermos chegar a dados de renda.

É verdade, que meus cálculos originais foram feitos com estimativas do produto em cruzeiros constantes de 1949.

Entretanto, na medida em que o aumento nos termos de troca iria se refletir nas contas de rendas (subestimada) o que, em troca resultaria num produto interno maior, meu ponto de vista não parece errado.

Em termos reais, o produto agrícola se expandiu cerca de 25 por cento entre 1947 e 1952. Também de acordo com as séries de Baer, a capacidade para importar aumentou de US\$ 829 milhões em 1947 até US\$ 1.441 milhões em 1951 e até US\$ 1.159 em 1953. Portanto, uma capacidade para importar aumentada e maior produção resultaram a melhoria dos termos de troca, supondo que os termos de troca não afetaram a entrada líquida de capitais⁽²⁾.

II — De acordo com a interpretação de FF, a estrutura de importações foi alterada de acordo com a industrialização. Os bens de consumo diminuíram e bens de investimentos se expandiram. Para alcançar seus resultados o Prof. Fishlow se apóia em anos diferentes daqueles que eu usei, bem como diferem suas categorias.

Os dados que eu usei, previamente, da CEPAL, mostraram as importações de bens de consumo aumentando de 1947-49 a 1951, e então caindo percentualmente em 1952 (veja tabela II). Os bens de capital caíram, inversamente, e então subiram em 1952.

TABELA II
PERCENTAGENS DO TOTAL DE IMPORTAÇÕES
POR SETORES SELECIONADOS

	Média	Média			
	1937-39	1947-49	1950	1951	1952
Bens de consumo	41.9	35.0	35.3	37.8	31.8
Duráveis	6.2	9.8	6.4	6.3	6.0
Matérias-Primas	16.5	12.3	13.7	13.9	10.1
Combustíveis	10.1	12.0	13.5	11.8	13.6
Bens de capital	31.5	40.7	37.5	36.5	44.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Huddle, op. cit., p. 278

2. Cf. A. Maizels, "Exports and Economic Growth of Developing Countries (Cambridge University Press, 1968)" pp. 100-102 e 241-44. Neste caso, e período de tempo, as variações nos termos de troca foram negativas e, portanto, ele acha que o crescimento do P.N.B. teria sido maior na ausência de variação.

Portanto, os dados anuais referentes aos anos de controle cambial mostraram desempenho variável. Da mesma forma, os dados usados por Baer, mostram as importações dos bens de consumo aumentando em 1948-50 em comparação com o pré-guerra (veja tabela III). Parece claro que a participação dos bens de capital e intermediários não foi uniformemente crescente como Fishlow supõe⁽³⁾. Mais importante ainda, em 1951-52 a participação dos bens de consumo caiu substancialmente somente como um percentual de uma lista-total de importações rapidamente crescente (Veja tabela IV). Seus níveis absolutos ainda estavam se elevando. A questão permanece: é justificada a afirmativa de Fishlow no sentido de que elas estavam significativamente comprimidas? Realmente não, apesar de tudo, o nível de importações estava muito além do equilíbrio de longo prazo em 1951-52. Grandes

TABELA III
DISTRIBUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES POR
MERCADORIA (PERCENTAGENS) EM US\$

	1938-9	1948-50	1961
Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	14.9	17.9	13.5
Combustíveis, Lubrificantes e Derivados de carvão de petróleo	13.1	12.8	18.8
Matérias-Primas (excl. o item anterior)	30.0	23.8	26.3
Bens de Capital	29.9	35.2	39.8
Bens de consumo manufaturados	10.9	9.7	1.5
Outros	1.2	6	1
TOTAL	100.0	100.0	100.0

Fonte; W, Baer, **Industrialization and Economic Development in Brazil** (Irwin, 1964), Tabela 7-C

3. A questão dos não duráveis era em especial uma ameaça concorrente que pode ter sido verdadeira, mas os dados de importação da CEPAL e FGV não sustentam o ponto de que estes estavam especialmente comprimidos. Os duráveis tinham realmente caídos e não os não duráveis em 1949, 1950 e 1951. Note também que Furtado disse que o sistema cambial encorajou matérias-primas elaboradas, o que é inconsistente até com as séries de Fishlow.

deficits estavam sendo mantidos — importações excederam a capacidade de importar em \$1,46 bilhões entre 1947 e 1952 — o que desde então causou ao Brasil embaraços financeiros e que ajudou a causar uma severa restrição de divisas, a qual apenas recentemente foi remediada, e mesmo talvez temporariamente⁽⁴⁾. A não ser que os débitos externos não precisem ser restituídos, tanto a estrutura como os níveis das importações são importantes, não somente a estrutura.

TABELA IV

**VARIAÇÃO PERCENTUAL (Δ) NO QUANTUM
DE IMPORTAÇÕES SELECIONADAS
(BASE CONSTANTE 1937-39)**

	Média 1947-49	1950	1951	1952
Total das importações	41.4	60.5	142.2	124.5
Produtos alimentícios	20.7	63.9	123.4	74.1
Produtos farmacêuticos e Artigos de Perfumaria	38.9	191.0	464.6	271.8
Apar. Domésticos	168	122.7	325.2	210.7
Automóveis	186.5	59.0	447.8	269.9

Fonte: Huddle, op. cit., p. 279.

III — FF concluiu precipitadamente que o sistema de controle cambial e licenciamento teve um impacto substancial na economia mas sem que isto aparecesse claramente.

Eu previamente expliquei que o impacto não foi maior simplesmente porque aqueles com ligações políticas e os funcionários no regime de controle cambial pediam e recebiam suborno substancial dos importadores pelas licenças de importação. O montante exato do total de suborno é indeterminado, mas a partir dos dados das taxas do mercado negro, entrevistas com funcionários responsáveis pelo câmbio e importadores e outras fontes semelhantes, estimativas foram possíveis.

4. O argumento do Prof. Fishlow que sob uma desvalorização cambial o rendimento teria sido maior, é correta. Mas para manter que isto justifica olhar apenas para a estrutura, é enganador, visto que ninguém poderia alegar que as receitas dos lucros de divisa teriam se elevado por uma quantia suficiente para cobrir os déficits reais mencionados. Naturalmente, se você desejasse manter o mesmo déficit então você poderia importar ainda mais com a desvalorização.

Destas fontes, os subornos foram estimados como sendo em média cerca de 20 por cento dos bônus disponíveis para os importadores na taxa de câmbio real de preferência a taxa de mercado em 1947; estas se elevaram constantemente para cerca de 70 por cento em 1952. Fishlow duvida da estimativa do suborno total, porque ele era equivalente ao total dos salários e ordenados do governo central (p. 542). Isto parece uma base estranha para julgar a estimativa. Além disso, o governo era relativamente pequeno em termos de despesas durante estes anos (a despesa total do governo central foi de somente 9 por cento do PNB durante estes anos).

Mesmo assim, a média do suborno cambial foi menos de um terço do gastos do governo central (a variação foi de 13 por cento em 1947, para 32 por cento em 1952, na tabela V). O suborno variou muito e envolveu literalmente centenas de políticos, funcionários responsáveis pelo câmbio, intermediários e firmas importadoras que surgiram apenas para este propósito. Além do mais, uma variedade de fontes corrobora a magnitude dos subornos cambiais, incluindo relatos no jornal *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro 1951-53), o Banco do Brasil, intermediários, taxas do mercado negro e os próprios importadores. Sabia-se que este comportamento maléfico era muito difundido e a grande quantidade de subornos foi provavelmente a maior causa do sistema de licenciamento prévio legado em 1953.

Vamos supor momentaneamente que os industriais de certo modo receberam o grosso das importações a preço baixo. Isto não pareceria suficiente para evidenciar uma política de preços, pelos industriais, abaixo do equilíbrio de mercado. Na margem, suas decisões de preço não seriam afetadas, de

-
5. Para maiores informações e dados sobre a corrupção veja Eugenio Gudin, "Multiple Exchange Rates: The Brazilian Experience," *Economic Internazionale* (Agosto 1956), p. 501; John W. J. Dulles, *Vargas do Brasil* (University of Texas Press, 1967) pp. 320-323; Haraldo R. Levy, *Prática Cambial no Brasil* (Max Limond, 1956), especialmente pag. 67-93. Que os políticos e seus amigos estavam envolvidos, veja Dulles. O livro de Levy é especialmente interessante em sua documentação e exemplo. Muitos de meus próprios dados vieram de entrevistas privadas com funcionários do câmbio no Banco do Brasil e na SUMOC, como também com importadores privados após o fim do sistema.

acordo com os modelos típicos de preços, a menos que a oferta fosse excessiva. O dado volume de insumos importados se constituiria simplesmente numa vantagem inesperada que poderia então ser dividida entre os proprietários, e aumentar a liquidez. É, portanto, não especialmente um resultado fértil com relação aos preços industriais, embora certamente um resultado justo, mesmo se eles tivessem recebido os subsídios implícitos. Alternativamente, os subsídios implícitos poderiam afetar o investimento, mas isto não pode ser suposto de forma alguma.

IV — Posição: FF sustenta que o investimento total aumentou e foi maior do que no período seguinte. Eu conclui que o coeficiente do investimento privado (formação bruta de capital fixo) tinha realmente descido de 12 por cento do PNB em 1946-47 para 9 por cento do PNB em 1951-51. Fishlow prefere usar o investimento bruto total. Eu acho difícil de aceitar, pois o sistema cambial presumivelmente não determinou os investimentos governamentais. De qualquer forma a taxa do investimento privado, mais governamental sobre o PNB, calculada por Baer e Kerstenetsky a partir dos dados FGV a preços constantes de 1953, na tabela I, mostra que a média de 1947/52, 14,12 por cento foi facilmente excedida pela média de 1953/56 de 15,40 por cento e em 1957/60 de 16,88 por cento⁽⁶⁾. Portanto, as observações de Fishlow não estão de acordo com estes dados.

Não obstante, os dados correntes publicados em 1970 pelo IBGE que tem a formação bruta do capital fixo a preços constantes diferem dos dados acima⁽⁷⁾. Presumivelmente os ajustamentos de preços foram feitos para séries de bens de investimento, embora nenhuma explicação fora dada. Fishlow observa que o nível real de investimento alcançado em 1952 (Cr\$ 84,8 mil) não foi excedido até 1957. Isto não melhora a tese de Furtado baseada nos dados da época, entretanto, nem os novos dados demonstram que o sistema cambial tenha contribuído grandemente. Se tomarmos os próprios números de Fishlow quanto à proporção das importações que foram

6. Baer e Kerstenetsky, "Patterns of Postwar Brazilian Economic Growth", mimeo, Abril 1966, p. 18.

7. Brasil — Séries Estatísticas Restrospectivas — 1970, Fundação IBGE. Desde que as antigas séries de investimentos eram conhecidas por serem publicamente ruins, parece razoável supor que os dados recentes estão muito melhor.

distribuídas como bens de capital em 1946/47 e 1948/52, nós acharemos que as importações de bens de capital foram apenas uma pequena parte da formação bruta de capital fixo, cerca de 16 por cento em 1952 em comparação com 17 por cento em 1951 e 12 por cento nos vários anos anteriores. Baseado nas novas séries o incremento não é discernível como tendo sido necessariamente importante na produção de um “boom” de investimento baseado na política de importação. Certamente, as importações vieram como um fluxo em todas as categorias (veja tabela V) devido a uma incapacidade de fazer funcionar o sistema de prioridade, corrupção, e uma abertura baseada no medo de que a Guerra da Coréia produzisse escassez. Portanto, o investimento real cresceu e a política de importação não foi inconsistente com o crescimento do coeficiente de investimento, mas não foi necessariamente importante na expansão.

V — Portanto, como pode a substancial taxa de crescimento industrial durante 1947-52, ser explicada? Pode-se rejeitar a afirmação de Fishlow de que a correlação entre os subsídios e a industrialização é óbvia referindo-se à “lei dos similares” que em essência foi usada para excluir as importações quando produtos internos poderiam bastar. Embora mal usada, esta lei protecionista, indubitavelmente estimulou a produção interna. Além do mais, importadores e fabricantes reteram alguns subsídios e isto estimulou a produção e auxiliou no crescimento mais lento nos preços das manufaturas em comparação com os bens agrícolas e dos serviços. Alguma parcela desconhecida do subsídio foi passada para os consumidores.

A agricultura, em contraste, era taxada pesadamente, pela sobrevalorização e sua produção foi afetada provavelmente por esta carga tributária, tudo isto indica que o preço da proteção pode ter sido muito alto.

Além disso, um simples fato deve ser lembrado. Visto que a industrialização prosseguiu a uma taxa substancial entre 1949 a 1952, as indústrias de bens de capital eram ainda muito fracas em termos de valor, como eram todos os setores industriais, exceto o têxtil, alimentação e metalurgia, no conjunto, todos os setores de bens de capital compreendiam cerca de metade do total dos produtos “industriais” em 1952, variando pouco dos 52 por cento de 1949.

Além disso, o valor total de produção de todas as indústrias de transformação era somente de 17 por cento do PNB em 1952. Considerando que isto estava próximo a 17 por cento do PNB em 1949, é difícil ficar impressionado pelo dinamismo da indústria durante este período “vis-à-vis” o resto da economia brasileira, excetuando a agricultura que era pesadamente taxada⁽⁸⁾. Foi realmente entre 1952 e 1959 que a produção industrial real estava numa expansão em larga escala, se elevando numa taxa anual composta de mais de 11 por cento e aumentando para 26 por cento do PNB em 1959⁽⁹⁾.

Finalmente, o déficit da II Guerra Mundial tinha terminado e, um período de reestocagem estava em curso depois de anos de muitas carências. A guerra da Coreia também levou a uma expansão da economia internacional, na qual o Brasil participou. Adicionalmente, o poder de compra cresceu nas mãos dos consumidores e investidores brasileiros, o que ajudou a levar a uma economia inflacionária, talvez por excesso de demanda.

VI — A política de preço permanece um aspecto obscuro do controle cambial e do protecionismo. Fishlow acha que é óbvio que os subsídios de importação foram recebidos pelas indústrias como evidenciado pelos menores aumentos dos preços industriais, até 1953. Infelizmente, não há preços de revenda de importações nem é disponível o conteúdo importado das manufaturas. Mas de acordo com os índices dos preços por atacado na Conjuntura Econômica, os preços de manufaturas aumentaram por um total de 61 por cento, comparando com 144 por cento de matérias-primas e 150 por cento para produtos agrícolas entre 1947 e 1953, uma observação que eu fiz no meu artigo anterior. Considerações da amostra e pesos usados para construir estes índices nos fariam rapidamente perder a confiança em sua exatidão. Para

8. De acordo com o índice de produto real em Brasil — Séries Estatísticas Retrospectivas — 1970 do IBGE, o produto industrial total aumentou de 24 por cento e o produto real total de quase 23 por cento entre 1949 e 1952.

9. Ibid. p. 217, 215. O crescimento industrial ultrapassou o crescimento da agricultura e dos serviços entre 1952 e 1959, enquanto os serviços cresceram mais rapidamente (cerca de 9 por cento) do que a indústria (cerca de 7 por cento) entre 1949 e 1952.

a questão em foco, as importações constituíam um grande elemento nesses índices e a substancial e crescente sobrevalorização puxava os índices ponderados resultantes para baixo, (ex: combustíveis, lubrificantes, metais e químicos, algumas das indústrias dinâmicas listavam, além das firmas controladas pelo governo que presumivelmente não seguiam os preços de mercado).

Mesmo se os preços industriais aumentassem menos não seria suficiente para validar a hipótese de que os industriais recebiam as importações “baratas” e fixassem os preços de seus produtos de acordo com os preços destes insumos. Algum indício pode ser achado nos padrões de preços durante este período. Nós esperaríamos toscamente, que quando maiores subsídios via mais importações a baixo preço estivessem disponíveis, que os preços cet. par., aumentariam menos. De fato, o oposto ocorreu. Os preços por atacado dos produtos industriais estavam aumentando vagarosamente até 1950 (cerca de 3 por cento ao ano) numa época em que tanto o volume de importação quanto os subsídios implícitos (Cr\$ 19,9 bilhões) à indústria, eram baixos, então quando de 1950 a 1953 o volume de importação e subsídios implícitos eram altos (Cr\$ 30,3 bilhões) os preços aumentaram rapidamente (cerca de 15 por cento ao ano). Na ausência de mesmo uma grosseira correlação, eu acredito que uma explicação alternativa é preferível: que através do tempo, os funcionários responsáveis pelo câmbio, intermediários, e políticos, crescentemente tomavam para si mesmo as divisas a baixo preço e oneraram outros importadores e industriais próximos aos preços de equilíbrio de mercado.

VII — O ponto final envolve a conclusão de Fishlow que a desvalorização em 1946 não serviu também para estimular o crescimento industrial. Contrariamente à impressão dada na sua pag. 541, uma desvalorização geral não era recomendável.

EM RESUMO:

“A desvalorização geral. . apesar de provavelmente ser preferível, as políticas vigentes, tinha algumas desvantagens. Teria eliminado (1) o imposto sobre os setores exportadores; (2) Os subsídios à importação e os subornos; e (3) O déficit na balança de pagamentos. Mas se. a demanda externa do café fosse inelástica em relação ao preço, e se

a produção do café na África e em outros países estivesse em expansão. então a desvalorização externa não teria sido desejável. Uma taxa sobrevalorizada para o café e uma taxa próxima da paridade do poder de compra de todas as outras exportações depois de 1948. teria evitado as perdas cambiais da política vigente, enquanto a taxação de forma adequada dos produtores de café. (Também) a desvalorização direta teria provavelmente aumentado a proporção de bens de consumo no total das importações acima do nível desejado. Portanto, uma simples taxa múltipla de importação, com a taxa geral próxima da paridade do poder de compra e uma taxa depreciada para as importações menos essenciais, teria evitado a maior parte da má alocação das divisas, as atividades do mercado negro e redistribuição indesejável da renda da política vigente. Para evitar uma substituição de importações não econômicas nas linhas menos essenciais, o impostos sobre as vendas internas poderiam ter sido usados. No que concerne à balança de pagamentos, desde que a taxa de inflação interna fosse relativamente baixa, uma desvalorização periódica manteria os déficits sob um controle razoável. No todo, estas medidas iriam de encontro às necessidades da economia, como demonstrado pelo sucesso relativo das medidas semelhantes depois da reforma cambial de outubro de 1953⁽¹⁰⁾.

VIII — Fishlow acredita que a eficiência de uma política explícita de subsídios impostos seria duvidosa devido a oposição política que provocaria. Eu não vejo nenhuma evidência para esta posição. Além do mais, já existia forte oposição ao sistema de licenciamento em 1950-51, exceto daqueles que se beneficiavam de seus efeitos iníquos.

Um sistema mais justo e eficiente poderia e deveria ter sido projetado antes. Ao contrário de hoje havia poucos economistas disponíveis treinados profissionalmente e os negócios governamentais eram mal conduzidos. Existe em alguns uma tendência de subestimar os custos destes sistemas como Fishlow fez neste artigo. Quase como uma pensamento tardio, ele menciona os outros custos do sistema de controle que foram documentados previamente por outros, a não consideração da agricultura, os negativos efeitos perma-

10. Huddle, op. cit., p. 285.

nentes nas exportações que não o café, o pessimismo e a descrença gerada no mercado interno, o tamanho dos déficits na balança de pagamentos e os desestímulos criados para os investimentos estrangeiros. Infelizmente, ele nunca tentou avaliar a total desejabilidade do sistema controle-licenciamento. Minha própria avaliação é que um muito melhor sistema seria possível e desejável tão cedo como em 1950, anterior ao período de 1951-53, quando os custos tornaram-se excessivamente altos, tanto em termos de justiça como de eficiência⁽¹¹⁾. Felizmente, o governo se ajustou acertadamente à desvalorização contínua do cruzeiro recentemente, a fim de evitar uma discrepância grande entre as taxas reais e de equilíbrio para importações. Tais sistemas resultam em corrupção e ineficiências que são caras para o público.

-
11. Fishlow também comentou em seu artigo um estudo meu posterior intitulado "Postwar Brazilian Industrialization: Growth Patterns, Inflation, and Sources of Stagnation", no "The Shaping of Modern Brazil (E. Baklanoff, ed) (Louisiana State University Press, Baton Rouge, 1969)". Minhas medidas de substituição de importação estavam viesadas para baixo e eram muito pequenas.

Eu usei a metodologia de Chenery e somente mais tarde apareceu o novo "approach" Morley-Smith que usou a tabela de insumo-produto do Brasil. Segundo, eu não tive (e nem tenho) os últimos dados usados por Fishlow et. al. nos seus cálculos que forneceram uma razão maior de importações em relação a oferta total em 1939. Terceiro, eu deflacionei pelos preços de paridade em meus cálculos, e isto mostrou uma muito maior taxa implícita de crescimento das importações do que os 2 por cento total, calculado por Fishlow entre 1949 e 1958.

Mas o índice de "quantum" de importações da Conjuntura Econômica, julho de 1963, indica um aumento médio composto de 8 por cento ao ano nas importações de 1949-58, que é exatamente igual a minha taxa implícita. Os preços de importação, em dólar, caíram cerca de 38 por cento durante este período. Os preços internos no Brasil contudo subiram muito mais, de forma que em cruzeiro (tão bem como em termos de quantidade) as importações cresceram rapidamente. O "quantum" das importações em 1949 era 73 e alcançou um índice de 145 em 1958 (um aumento de 100 por cento), enquanto as importações pelo valor em dólar aumentou de um índice de 84 em 1949 para 103 em 1958 (um aumento de 23 por cento). Observe que os preços das importações em cruzeiro aumentaram de um índice de 115 em 1949 para 272 em 1958 (um aumento de 13 por cento total ou uma média composta de 9 por cento ao ano).